

**ADS Energias Renováveis S.A.**

CNPJ/MF nº 13.43.9.535/0001-05

**Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021		31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	17	36.202	18.217				
Contas a receber de clientes	6	–	–	18.648	21.876				
Partes relacionadas	–	4.555	–	–	–				
Impostos a recuperar	–	11	2	248	206				
Dividendos a receber	–	4.343	3.546	–	–				
Outros créditos	–	–	–	1.877	478				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>8.914</b>	<b>3.565</b>	<b>56.975</b>	<b>40.777</b>				
<b>Ativo não circulante</b>									
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	11.708	14.300				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	–	–	8				
Depósitos judiciais	12	–	–	53	53				
Investimentos	8	173.867	160.934	–	–				
Imobilizado	9	–	–	272.921	288.427				
Intangível	–	–	–	8.763	9.443				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>173.867</b>	<b>160.934</b>	<b>293.445</b>	<b>312.231</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>182.781</b>	<b>164.499</b>	<b>350.420</b>	<b>353.008</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Adiantamento para		Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	futuro aumento de capital				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	159.888	22	–	–	(10.362)	149.548
AFAC	–	18	–	–	–	18
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.932	14.932
Constituição de reserva Legal	–	–	229	–	(229)	–
Constituição de dividendos	–	–	–	–	(1.085)	(1.085)
Transferências	–	–	–	3.256	(3.256)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	159.888	40	229	3.256	–	163.413
AFAC	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	18.283	18.283
Constituição de reserva Legal	–	–	914	–	(914)	–
Constituição de dividendos	–	–	–	–	(4.342)	(4.342)
Transferências	–	–	–	13.027	(13.027)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	159.888	40	1.143	16.283	–	177.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais** – A ADS Energias Renováveis S.A. (“ADS Energias” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, constituída em 30 de março de 2011 e tem como objeto social: (a) a exploração no Brasil ou em outros países, direta ou indiretamente, dos negócios de geração de energia elétrica provenientes de pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas, biomassa, cogeração a partir de biomassa, eólicas, centrais geradoras fotovoltaicas e termos solares, bem como suas instalações de transmissão de interesse restrito e instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (“ICGs”); (b) a comercialização de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades, participando de todos os segmentos dos mercados especializados, inclusive leilões de compra e venda de energia elétrica; (c) o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários às atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico; (d) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, no Brasil e em outros países; e (e) a participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica provenientes de fontes alternativas. A Companhia desenvolve atividades empresariais no segmento de energias alternativas no Brasil através de suas controladas diretas e indiretas, em estruturas integradas denominadas de parques eólicos (“Parques” ou “Projeto”): ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. (“Complexo do Senandes”); ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A. (“Corredor do Senandes 2”); ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. (“Corredor do Senandes III”); ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. (“Corredor do Senandes IV”); ADS ER Eólica Vento Aragoano I S.A. (“Vento Aragoano I”). A emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de abril de 2022. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros.

**2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Consolidação – a) Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. ii) **Companhias consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Controladas diretas	País	Controle direto e indireto no capital social (%)	
		2021	2020
ADS ER Complexo Senandes S.A.	Brasil	100	100

Controladas indiretas	País	Controle direto e indireto no capital social (%)	
		2021	2020
ADS ER Vento Aragoano S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes II S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes III S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes IV S.A.	Brasil	0,01	0,01

**b) Demonstrações contábeis individuais:** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação:** A Companhia e suas

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
<b>Passivo circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	19.250
Fornecedores	–	–	–	938
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	–	–	–	566
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	–	–	755
Dividendos a pagar	13.c	5.427	1.085	5.427
Outras contas a pagar	11	–	–	934
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.427</b>	<b>1.085</b>	<b>27.870</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	144.933
Provisão para riscos	12.a	–	–	137
Outras contas a pagar	11	–	–	126
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>–</b>	<b>–</b>	<b>145.196</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	13	–	–	159.888
Capital social	–	159.888	159.888	159.888
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	40	40	40
Reserva Legal	–	1.143	229	1.143
Reserva de Lucros	–	16.283	3.256	16.283
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>177.354</b>	<b>163.413</b>	<b>177.354</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>182.781</b>	<b>164.499</b>	<b>353.008</b>

**Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Receita líquida de vendas	14	–	–	61.772
Custo dos produtos vendidos	15	–	–	(27.765)
<b>Lucro bruto</b>		<b>–</b>	<b>–</b>	<b>34.007</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Gerais e administrativas	16	1	(7)	(1.820)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	(46)	7	(302)
Resultado de equivalência patrimonial	8	18.284	14.932	–
<b>Resultado operacional</b>		<b>18.239</b>	<b>14.932</b>	<b>(2.122)</b>
Resultado financeiro	17	44	–	(11.253)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>18.283</b>	<b>14.932</b>	<b>20.632</b>
Imposto de renda e contribuição social	18	–	–	(2.349)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>18.283</b>	<b>14.932</b>	<b>18.283</b>
Lucro básico por ação – R\$		0,11	0,09	0,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	18.283	14.932	18.283	14.932
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
<b>Resultado abrangente</b>	<b>18.283</b>	<b>14.932</b>	<b>18.283</b>	<b>14.932</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixas para os exercícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	18.283	14.932	20.632	16.975
<b>Ajustes:</b>				
Depreciação e amortização	–	–	18.049	17.878
Provisão para riscos	–	–	9	12
Juros e atualização monetária sobre financiamentos e instrumentos financeiros	–	–	12.334	13.850
Equivalência patrimonial	(18.284)	(14.932)	–	–
<b>Variáveis</b>				
Contas a receber de clientes	–	–	3.228	(6.282)
Impostos a recuperar	(10)	1	(193)	74
Outros créditos	–	–	(1.399)	(56)
Fornecedores	–	–	464	(31)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	–	–	42	(195)
Outras contas a pagar	(1)	(1)	(3.082)	3.321
<b>Caixa proveniente das operações</b>				
Juros pagos	–	–	(12.334)	(13.952)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(1.980)	(2.051)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	(12)	–	35.770	29.543
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Títulos e valores mobiliários	–	–	2.592	(1.294)
Recebimento de dividendos	4.555	–	–	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	–	(1.663)	(707)
Adições ao intangível	–	–	(13)	(2)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	4.555	–	916	(2.003)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento de dividendos	(4.555)	–	–	–
Pagamento de financiamento	–	–	(18.701)	(18.700)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	(4.555)	–	(18.701)	(18.700)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	(12)	–	17.985	8.840
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17	17	18.217	9.377
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	17	36.202	18.217
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	(12)	–	17.985	8.840

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nota anual contratada; e • Vendas de energia no mercado livre – PLD, onde os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante o exercício de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas optaram pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia e suas controladas por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido, base para o cálculo do imposto de renda e contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, é encontrado através da aplicação da taxa de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o lucro presumido, é apurado o imposto à alíquota de 15% e 12% (IR e CS, respectivamente), acrescido, para o IR, de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. **2.14 Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisões para riscos:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota Explicativa nº 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representem perdas

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/07/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: (i) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (iii) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.15. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis.

**3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de risco financeiro:** A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **a) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Riscos com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos e suas controladas. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente e é decorrente de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda, decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **3.2. Gestão de capital – Consolidado:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento no consolidado em 31 de dezembro pode ser assim sumarizado:

	2021	2020
Total de financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	164.183	182.884
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(36.202)	(18.217)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 7)	(11.708)	(14.300)
<b>Dívida líquida</b>	<b>116.273</b>	<b>150.367</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>177.354</b>	<b>163.413</b>
<b>Total do capital</b>	<b>293.627</b>	<b>313.780</b>
<b>Índice de alavancagem financeira – %</b>	<b>40%</b>	<b>48%</b>

**4. Instrumentos financeiros por categoria**

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	5	17	36.202	18.217
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 6)	–	–	18.648	21.876
Partes relacionadas	4.555	–	–	–
Outros créditos	–	–	1.877	478
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 7)	–	–	11.708	14.300
<b>Total</b>	<b>4.560</b>	<b>17</b>	<b>68.435</b>	<b>54.871</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>				
Controladora	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	5	17	2.854	3.510
Aplicações financeiras (I)	–	–	33.348	14.707
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>36.202</b>	<b>18.217</b>
(I) Referem-se aos Certificados de Depósito Bancário (CDB), remunerados entre 75% e 90% em 2021 e 2020 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata.				
<b>6. Contas a receber de clientes</b>				
Controladora	2021	2020	2021	2020
Direitos a faturar (I)	–	–	12.485	11.308
Clientes nacionais (II)	–	–	6.163	10.568
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>18.648</b>	<b>21.876</b>
(I) Direitos a faturar refere-se a valores de geração de energia na qual não foram faturados contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica devido aos prazos contratuais, limite médio para faturamento de 60 dias; (II) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos do contas a receber de clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:				

**ADS Energias Renováveis S.A.**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vencido até três meses	–	–	156	4.672
Vencido acima de seis meses	–	–	6.007	5.896
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>6.163</b>	<b>10.568</b>

**7. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 11.708 (R\$14.300 em 2020) remunerado em 99% do CDI em 2021 e 2020, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES, com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.**

**8. Investimentos – Controladora – a) Informações**

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido em 31 de dezembro		Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
ADS ER Eólica Complexo Senandes S.A.	153.218.936	153.218.936	100,00	100,00	178.410	160.924	18.282	14.932
ADS ER Eólica Vento Aragon I S.A.	1	1	0,01	0,01	46.872	44.749	2.352	3.334
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.	1	1	0,01	0,01	39.398	36.691	4.861	3.148
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.	1	1	0,01	0,01	33.814	29.580	5.553	4.514
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.	1	1	0,01	0,01	53.639	49.416	5.535	4.006
<b>ADS ER Eólica Complexo Senandes S.A.</b>							<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2019					149.546	–	2	149.548
Apropriação de dividendos					(3.546)	–	–	(3.546)
Equivalência patrimonial					14.931	–	1	14.932
Em 31 de dezembro de 2020					160.931	–	3	160.934
Apropriação de dividendos					(5.351)	–	–	(5.351)
Equivalência patrimonial					18.282	–	2	18.284
Em 31 de dezembro de 2021					173.862	–	5	173.867

**9. Imobilizado – Consolidado**

	Edificações e instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Direito de uso	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>303.701</b>	<b>88</b>	<b>714</b>	<b>–</b>	<b>228</b>	<b>304.731</b>
Adição	63	39	605	–	228	935
Depreciação	(16.937)	(14)	(139)	–	(107)	(17.197)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>286.827</b>	<b>113</b>	<b>1.180</b>	<b>–</b>	<b>307</b>	<b>288.427</b>
Adição	585	567	139	372	187	1.850
Depreciação	(16.949)	(203)	(56)	–	(148)	(17.356)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>270.463</b>	<b>477</b>	<b>1.262</b>	<b>372</b>	<b>347</b>	<b>272.921</b>
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	381.747	736	1.573	372	561	384.989
Depreciação acumulada	(111.284)	(259)	(311)	–	(214)	(112.068)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>270.463</b>	<b>477</b>	<b>1.262</b>	<b>372</b>	<b>347</b>	<b>272.921</b>
<b>Taxas anuais de depreciação – %</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>10-20</b>	<b>–</b>	<b>4-10</b>	<b>–</b>

**10. Empréstimos e financiamentos – consolidado**

	2021	2020
<b>Moeda nacional</b>		
ADS ER Vento Aragon	45.668	50.871
ADS ER Senandes II	33.418	37.225
ADS ER Senandes III	42.360	47.186
ADS ER Senandes IV	42.737	47.602
<b>Total</b>	<b>164.183</b>	<b>182.884</b>
(-) Circulante	(19.250)	(19.250)
<b>Não circulante</b>	<b>144.933</b>	<b>163.634</b>
Em 04 de outubro de 2013, as controladas da Companhia firmaram contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 277.440, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 223.036, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013 e a segunda tranche, no montante de R\$ 28.079 foi liberada em 27 de agosto de 2014. Em 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a terceira tranche no montante de R\$ 20.737, a quarta tranche de R\$ 1.179 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quinta tranche de R\$ 157 foi liberada em 27 de junho de 2018, a sexta tranche no montante de R\$ 345 foi liberada em 24 de maio de 2019. Houve cancelamento do saldo de R\$ 1.250 e alteração de R\$ 2.657 do saldo inicial das controladas, desta forma, não há mais valores a serem liberados nesses contratos.		
<b>11. Movimentações</b>		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	201.686	–
Captações	–	–
Encargos provisão de juros	13.827	–
Atualização monetária	23	–
(-) Juros pagos	(13.952)	–
(-) Amortização do principal	(18.700)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>182.884</b>	<b>–</b>
Encargos provisão de juros	12.334	–
(-) Juros pagos	(12.334)	–
(-) Amortização do principal	(18.701)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>164.183</b>	<b>–</b>
<b>b) Garantias:</b> O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de <i>project finance</i> ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia e suas controladas. <b>c) Covenants:</b> Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros ( <i>covenants</i> ), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses; <b>d) Prazo de vencimento:</b> O montante em longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:		
	2021	2020
2022	–	19.250
2023	19.249	19.250
2024	19.249	19.250
2025 a 2030	106.435	105.884
<b>Total</b>	<b>144.933</b>	<b>163.634</b>

**11. Outras contas a pagar**

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Antecipação CCEE (I)	–	132
Outros	–	928
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>1.060</b>
Circulante	–	(934)
<b>Não circulante</b>	<b>–</b>	<b>126</b>
(I) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$132 (R\$ 3.443 em 2020), refere-se aos adiantamentos recebidos da CCEE pelas controladas da Companhia pela comercialização de energia de LER, conforme contrato de energia de reserva.		
<b>12. Provisão para riscos – Os processos cíveis referem-se a processos de indenização por desapropriação.</b>		
<b>a) Composição</b>		
Controladora	2021	2020
Riscos cíveis	–	137
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>137</b>
<b>b) Movimentação</b>		
Controladora	2021	2020
Em 1º de janeiro	–	128
Constituição de provisão demonstrada no resultado do exercício	–	9
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>–</b>	<b>137</b>
<b>c) Perdas possíveis, não provisionadas:</b> A Companhia possui processos trabalhistas com a probabilidade de perda possível no valor de R\$656 em 2021 (Em 2020 não havia processos com probabilidade de perda possível). <b>d) Depósitos judiciais:</b> A Companhia possui depósitos judiciais registrados no montante de R\$ 53 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 no consolidado.		
<b>13. Patrimônio líquido – a) Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:		
	Capital social	Ações nominativas
	2021	2020
Saltmont FIP	119.916	119.916
Salttriver FIP	19.986	19.986
Global Energy FIP	19.986	19.986
<b>Total</b>	<b>159.888</b>	<b>159.888</b>
<b>b) Reserva legal:</b> A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. <b>c) Dividendos:</b> A distribuição de dividendo mínimo obrigatório é calculada no final do exercício, sendo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária que foram apurados como segue:		
<b>Maury Eduardo de Carvalho Bastos</b> – Diretor Presidente		
<b>Rodrigo Miranda Simões</b> – Contador CRC - 1SP 250.809/O-7		

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**

Aos Acionistas e Administradores da ADS Energias Renováveis S.A. Hortolândia-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da ADS Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADS Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desem-

penho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

continua ...



... continuação

**ADS Energias Renováveis S.A.**

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasilei-

ras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da

base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de abril de 2022

**Élica Daniela da Silva Martins** – CT CRC 1SP-223.766/O-0  
**Grant Thornton Auditores Independentes** – CRC 2SP-025.583/O-1



**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente  
 Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/07/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369  
Código CVM nº 02533 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2022, às 09h00 – Retificação

Na publicação da Ata em epígrafe, inserida neste jornal na edição de 28 de maio de 2022, por equívoco, nas Deliberações da Ordem do Dia constaram as seguintes incorreções. **Onse se lê:** "... (o) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial ou Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de agosto de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (p) Amortização do Valor Nominal Unitário: O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 13 (treze) parcelas trimestrais consecutivas, devidas sempre no dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 25 de maio de 2024, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas indicadas na 2ª coluna da tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir:

Parcela	Data de Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
1ª	25 de maio de 2024	7,6923%
2ª	25 de agosto de 2024	8,3333%
3ª	25 de novembro de 2024	9,0909%
4ª	25 de fevereiro de 2025	10,0000%
5ª	25 de maio de 2025	11,1111%
6ª	25 de agosto de 2025	12,5000%
7ª	25 de novembro de 2025	14,2857%
8ª	25 de fevereiro de 2026	16,6667%
9ª	25 de maio de 2026	20,0000%
10ª	25 de agosto de 2026	25,0000%
11ª	25 de novembro de 2026	33,3333%
12ª	25 de fevereiro de 2027	50,0000%
13ª	Data de Vencimento	100,0000%

**O correto é:** "... (o) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial ou Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 26 de agosto de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 26 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (p) Amortização do Valor Nominal Unitário: O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 13 (treze) parcelas trimestrais consecutivas, devidas sempre no dia 26 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 26 de maio de 2024, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas indicadas na 2ª coluna da tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir:

Parcela	Data de Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
1ª	26 de maio de 2024	7,6923%
2ª	26 de agosto de 2024	8,3333%
3ª	26 de novembro de 2024	9,0909%
4ª	26 de fevereiro de 2025	10,0000%
5ª	26 de maio de 2025	11,1111%
6ª	26 de agosto de 2025	12,5000%
7ª	26 de novembro de 2025	14,2857%
8ª	26 de fevereiro de 2026	16,6667%
9ª	26 de maio de 2026	20,0000%
10ª	26 de agosto de 2026	25,0000%
11ª	26 de novembro de 2026	33,3333%
12ª	26 de fevereiro de 2027	50,0000%
13ª	Data de Vencimento	100,0000%

Permanecem inalterados os demais termos da citada publicação.

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 288.918/22-8 em 07/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Bioactive Biomateriais S.A.

CNPJ/ME nº 09.474.192/0001-42 – NIRE 35.300.471.385

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação

**1. Data, horário e formato da Assembleia:** Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada sob a forma digital nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, em primeira convocação, no dia 18 de julho de 2022, às 17:00 horas. **2. Local - endereço eletrônico da Assembleia:** A reunião será instalada no endereço eletrônico a seguir, onde os acionistas poderão participar, discutir e proferir seus votos (caso não tenham enviado boletim de voto à distância com antecedência): <https://bityli.com/WICDRU>. **3. Documentos para cômputo da Presença dos Acionistas:** Para que os acionistas sejam considerados presentes à assembleia deverão enviar, com a devida antecedência, o seguinte documento por e-mail ao endereço eletrônico [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br) ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. André Luiz Helmeister: procaução outorgada nos termos do art. 126, § 1º da Lei n. 6.404/76, caso o acionista pretenda ser representado por procurador na assembleia. Tal documento deve ser recebido no prazo máximo de 30 minutos antes do início da assembleia, sob pena do acionista não ser considerado presente ao conclave, ressalvadas as exceções constantes do art. 5º da Instrução Normativa DREI nº 79. **4. Cômputo do voto dos Acionistas:** A votação a distância dos acionistas pode ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico, no momento da assembleia. O boletim de voto a distância será enviado aos acionistas na data da primeira publicação desta convocação, por e-mail ou por correio, no endereço eletrônico ou físico de cada acionista constante dos arquivos da Companhia. O boletim de voto a distância deve ser devolvido à companhia no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da realização do conclave por e-mail ao endereço eletrônico [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br), ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. André Luiz Helmeister. **5. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovação das contas dos administradores, o relatório da administração da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do Artigo 7º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de sincronizar o mandato dos Conselheiros com o ano fiscal da Companhia; Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) exercício do Bônus de Subscrição; (iv) integralização das ações emitidas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de maio de 2022; (v) conversão de Debêntures em ações; (vi) emissão de ações da Companhia em virtude da conversão de Debêntures; (vii) aumento do capital social da Companhia; transcorrido o prazo para exercício do direito de preferência e considerando as conversões a serem realizadas, homologar o aumento do capital social da Companhia; e (viii) cancelamento de ações em tesouraria. **6. Publicação:** Ficam os Senhores informados que este Edital de Convocação será publicado em jornal no dia 09 de julho de 2022, sem prejuízo de seu envio por e-mail a todos os acionistas com contrarrecibo. **André Luiz Helmeister** – Presidente do Conselho de Administração. (09, 12 e 13/07/2022)

## GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2022

**Data, Hora e Local:** Reunião realizada no dia 25 de março de 2022, às 10:00 horas, na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS"). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Otavio Yazbek e Amaury Guilherme Bier, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração e o Conselheiro Suplente, senhor Luis Carlos Martinez Romero, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia:** PD\_CA\_GPS-013-2022: análise, deliberação e aprovação da Proposta de Aquisição, pela Top Service Serviços e Sistemas S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.973.749/0001-15, ("Top Service"), controlada da Companhia, de 100% (cem por cento) das quotas de emissão das sociedades Global Services Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.364.508/0001-02, Global Administração e Serviços Aeroportuários Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.569.742/0001-59, Global Serviços Empresariais e Mão de Obra Temporária Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 56.151.178/0001-98, Global Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.614.037/0001-29, Global Empregos Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.693.411/0001-11, Global Recursos Humanos e Apoio Logístico Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.224.827/0001-68 e Global Central de Estágios Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.299.722/0001-75 ("Aquisição" e "Global Service", respectivamente), bem como autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas que se façam necessárias à formalização da referida Aquisição. **Discussões e Deliberações:** após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, que teve por base a apresentação disponibilizada previamente no Portal do CA-GPS, contendo o resumo das razões e condições de Aquisição, incluindo o preço de compra, a forma de pagamento e a minuta de Contrato de Compra e Venda de Quotas, dentre outras informações, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, nos termos do artigo 21, incisos (xvii) e (xxiv) do Estatuto Social da GPS, a Aquisição, pela Top Service, da totalidade das quotas de emissão da Global Service, a ser formalizada mediante a assinatura de Contrato de Compra e Venda de Quotas, no âmbito do qual a Companhia figurará como interveniente garantidora, observado que a conclusão da Aquisição estará sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, dentre outras condições precedentes. Em sequência, os senhores Conselheiros autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas que se façam necessárias para a formalização da Aquisição. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 25 de março de 2022. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Otavio Yazbek; Amaury Guilherme Bier e Luis Carlos Martinez Romero. (conferir com o original lavrado em livro próprio). **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

## GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2022

**Data, Hora e Local:** Reunião realizada no dia 25 de março de 2022, às 09:00 horas, na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS"). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Otavio Yazbek e Amaury Guilherme Bier, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração e o Conselheiro Suplente, senhor Luis Carlos Martinez Romero, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia:** PD\_CA\_GPS-012-2022: análise, deliberação e aprovação da Proposta de Aquisição, pela GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.695.461/0001-14, ("GPS Tec"), controlada da Companhia, de 55% (cinquenta e cinco por cento) das quotas de emissão das sociedades Evertical Comércio de Máquinas e Equipamentos de Informática Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.425.052/0001-26 e Evertical Tecnologia Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.137.447/0001-20 ("Aquisição" e "Evertical", respectivamente), bem como autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas que se façam necessárias à formalização da referida Aquisição. **Discussões e Deliberações:** após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, que teve por base a apresentação disponibilizada previamente no Portal do CA-GPS, contendo o resumo das razões e condições de Aquisição, incluindo o preço de compra, a forma de pagamento e a minuta de Contrato de Compra e Venda de Quotas, dentre outras informações, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, nos termos do artigo 21, incisos (xvii) e (xxiv) do Estatuto Social da GPS, a Aquisição, pela GPS Tec, de 55% (cinquenta e cinco por cento) das quotas de emissão da Evertical, a ser formalizada mediante a assinatura de Contrato de Compra e Venda de Quotas, no âmbito do qual a Companhia figurará como interveniente garantidora, observado que a conclusão da Aquisição estará sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, dentre outras condições precedentes. Em sequência, os senhores Conselheiros autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas que se façam necessárias para a formalização da Aquisição. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 25 de março de 2022. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Otavio Yazbek; Amaury Guilherme Bier e Luis Carlos Martinez Romero. (conferir com o original lavrado em livro próprio). **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/07/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRDOCS